







## POLÍTICA EDITORIAL DE PERIÓDICOS BRASILEIROS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COM QUALIS A1 E A2 E DIMENSÕES ACERCA DO DIREITO AUTRAL

Lilian Lima de Siqueira Melo     
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
Recife, Pernambuco, Brasil

Renato Fernandes Correa     
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
Recife, Pernambuco, Brasil

### RESUMO

O estudo analisou políticas editoriais de sete periódicos eletrônicos brasileiros da área de Ciência da Informação, classificados como Qualis A1 e A2, com foco em dimensões do direito autoral: propriedade intelectual, autoria e coautoria, licenças e diretrizes éticas. O método consistiu na análise documental das políticas editoriais dos periódicos. Os resultados evidenciaram heterogeneidade entre os periódicos: cinco apresentaram diretrizes abrangentes nas quatro dimensões, enquanto dois mostraram lacunas significativas. Identificaram-se três modelos distintos de cessão de direitos autorais: cessão parcial singular, cessão total singular e manutenção integral dos direitos pelos autores. Quanto à autoria e coautoria, apenas dois periódicos não dispõem de orientações claras, enquanto outros adotam instrumentos como a taxonomia CRediT. No que se refere às licenças, seis periódicos utilizam CC BY 4.0 e um CC BY NC 4.0, embora tenha sido constatada incongruência na comunicação da licença nos artigos em uma revista. As diretrizes éticas variaram de ausência completa a políticas robustas alinhadas ao COPE e SciELO. Conclui-se que, apesar da adoção de padrões internacionais relevantes, algumas políticas ainda apresentam fragilidades que comprometem clareza, transparência e credibilidade da comunicação científica, evidenciando a necessidade de maior padronização e aprofundamento crítico sobre o direito autoral.

**Palavras-chave:** Política editorial. Periódicos científicos. Periódicos eletrônicos. Direito autoral. Periódicos em Ciência da Informação.

### EDITORIAL POLICY OF JOURNALS IN INFORMATION SCIENCE WITH QUALIS A1 AND A2 AND DIMENSIONS OF AUTHORS' RIGHTS

#### ABSTRACT

The study analyzed editorial policies of seven Brazilian electronic journals in the field of Information Science, classified as Qualis A1 and A2, focusing on authors' rights dimensions: intellectual property, authorship and co-authorship, licenses, and ethical guidelines. The method consisted of document analysis of the journals' editorial policies. Results revealed heterogeneity among the journals: five presented comprehensive guidelines across all four dimensions, while two showed significant gaps. Three distinct models of copyright transfer were identified: partial single transfer, total single transfer, and full retention of rights by authors. Regarding authorship and co-authorship, only two journals lacked clear guidance, while others adopted instruments such as the CRediT taxonomy. In terms of licenses, six journals use CC BY 4.0 and one CC BY NC 4.0, although inconsistencies were found in the license attribution within articles in one journal. Ethical guidelines ranged from complete absence to robust policies aligned with COPE and SciELO. The study concludes that, despite the adoption of relevant international standards, some editorial policies still exhibit weaknesses that compromise clarity, transparency, and credibility in scientific communication, highlighting the need for greater standardization and deeper critical reflection on authors' rights dimensions.

**Keywords:** Editorial policy. Scientific journals. Electronic journals. Authors' rights. Journals in Information Science.

---




DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/58833>

#### DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

data-available-upon-request – Os dados de pesquisa só estão disponíveis mediante solicitação.

Recebido em: 28/04/2025

Aceito em: 24/03/2026

**Editora Chefe:** Lorena Tavares de Paula   



## 1 INTRODUÇÃO

O termo comunicação científica foi atribuído por John Desmond Bernal. No livro "A função social da ciência", Bernal incorpora as atividades relacionadas à produção, distribuição e uso da informação, a partir da criação da ideia pelo cientista até a aceitação dos resultados pelos pares (Caribé, 2015).

Periódicos são vias de comunicação científica formal que se adaptaram, principalmente por acompanhar as mudanças tecnológicas ao longo dos anos (Burke, 2012). Dias e Cervantes (2012) consideram que os periódicos científicos são o meio de disseminação de conhecimento mais confiável e dinamicamente mais rápido em comparação aos livros. Características indispensáveis para a atualização e o desenvolvimento de várias áreas.

Com o advento das tecnologias da informação e comunicação e utilização da Web como sistema de publicação eletrônica, a comunicação científica tornou-se digital. O modo de transmitir as informações foi alterado por intermédio de meios digitais, incorporando a infraestrutura tecnológica proveniente da Web 2.0 nos canais de informação formal (Araújo, 2018), agregadas às funções de colaboratividade, compartilhamento, interatividade e instantaneidade.

Diante deste cenário, os periódicos eletrônicos surgiram como transformação do conceito de periódico científico, causada pela adoção das tecnologias de informação e comunicação na editoração eletrônica de artigos científicos, na revisão por pares às cegas por meio de formulário eletrônico e no uso da Web como sistema de publicação de artigos em meio digital na internet. Passando de uma publicação impressa para títulos produzidos e disseminados em ambientes eletrônicos.

A adoção das tecnologias de informação e comunicação provocou mudanças nos processos editoriais. Uma das mudanças foi a utilização de programa em rede promovido pelo movimento de acesso aberto, o *Open Journal System (OJS)*, que permitiu que os diversos atores do fluxo editorial colaborassem por meio dos recursos disponíveis no ambiente digital. Outra mudança foi a publicação em meio eletrônico como uma forma de proporcionar maior acesso ao conhecimento científico, superando as barreiras sociais e econômicas de cada país. O movimento de acesso aberto surgiu

como resposta às barreiras impostas pela publicação científica tradicional, defendendo a livre disponibilidade de artigos acadêmicos na internet sem custos para leitores. Nesse contexto, a *Open Archives Initiative* (OAI, [2001?]) desempenhou papel crucial ao propor padrões de interoperabilidade e *softwares* livres voltados à editoração de publicações científicas. Essa infraestrutura técnica possibilitou a consolidação do periódico eletrônico de acesso aberto, garantindo maior visibilidade, circulação e impacto da produção científica.

Além disso, com a ciência aberta foram ampliados os princípios de abertura para todo o ciclo de pesquisa, promovendo o compartilhamento e a colaboração o mais cedo possível (FOSTER, 2018).

Porém, a criação de revistas eletrônicas indexadas, adotadas pela comunidade científica como método de controle de qualidade e certificação, transpôs para o ciberespaço as mesmas limitações já impostas pela propriedade intelectual sobre o meio físico (Mueller, 2000).

Os critérios de qualidade anteriormente aplicados aos periódicos impressos por meio da política editorial passam a ser aplicados também aos periódicos eletrônicos, inclusive os que se referem ao direito autoral, trazendo desafios na elaboração e atualização das políticas editoriais.

Neste contexto, no presente artigo são analisadas as diretrizes de políticas editoriais de periódicos eletrônicos categorizadas nas seguintes dimensões relacionadas ao direito autoral em publicações eletrônicas de acesso aberto: a propriedade intelectual; autoria e coautoria; licenças; e diretrizes éticas.

A presente pesquisa adota uma abordagem conjunta na análise da redação da política editorial de periódicos eletrônicos quanto às dimensões relacionadas ao direito autoral, tratadas separadamente por alguns autores como: propriedade intelectual (Argollo; Rosa, 2018); autoria, coautoria e plágio (Satur; Dias; Silva, 2020); licenças (Feres *et al.*, 2021); ética na pesquisa (Santana, 2016) e plágio (Dias; Oliveira, 2015).

Logo, o problema de pesquisa pode ser expresso na seguinte questão: como os periódicos eletrônicos em Ciência da Informação de estrato A1 e A2 abordam em suas políticas editoriais as dimensões de propriedade intelectual, autoria e coautoria, licenças e diretrizes éticas?

Visando responder a essa questão, o presente artigo tem como objetivo analisar como os periódicos eletrônicos brasileiros em Ciência da Informação com estratos A1 e A2 abordam em suas políticas editoriais as dimensões relacionadas ao direito autoral.

A justificativa para a realização deste estudo está relacionada à necessidade de se levantar boas práticas na redação de políticas editoriais de periódicos científicos quanto às dimensões de direito autoral, fornecendo elementos que contribuam para a melhoria da qualidade das orientações apresentadas nas políticas editoriais das revistas em qualquer estrato.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Uma política editorial bem definida, com informações precisas e claras, baseadas em códigos de conduta, permite ao periódico científico orientar a comunidade científica sobre boas práticas editoriais e prevenir más condutas.

Quando o periódico orienta em suas políticas editoriais os pesquisadores, ele contribui para a adoção de boas práticas, logo os casos de plágio, fraude, falsificação de dados, alteração de resultados, problemas de autoria, conflito de interesses, entre outros, podem ser minimizados. De acordo com Shintaku e Seabra Júnior (2019), cabe ao editor pesquisar, selecionar e conhecer as tendências de publicações para manter as políticas editoriais da revista atualizada. Além disso, os editores precisam estar atentos às mudanças de paradigmas, principalmente no que tange às implicações legais de seus atos ou omissões.

Ao abordar com clareza e transparência as questões de direito autoral, o periódico amplia o conhecimento da comunidade científica acerca do tema, minimizando a insegurança e fragilidade jurídica. Os editores, por terem papel central no processo de editoração de periódicos científicos, decidindo a respeito do conteúdo, também precisam se precaver em relação à responsabilidade legal quanto aos problemas de má conduta nos periódicos que editam.

As diretrizes do *Council of Science Editors* (CSE) para promover a integridade de publicações de periódicos científicos também orientam os periódicos em relação à má conduta:

Os periódicos devem desenvolver uma política consistente para encorajar a denúncia de indicações de má conduta, as alegações e lidar com as consequências. Além disso, devem incluir uma declaração geral nas Instruções aos Autores de que as alegações de má conduta serão diligenciadas. Embora o editor não seja o único responsável pelo monitoramento de possíveis falhas no cumprimento das normas legais ou ética, faz parte de suas atribuições criar e aplicar políticas que incentivem as boas práticas de publicação (Diretrizes..., 2017, p. 27).

É perceptível que os processos e formas de circulação do conhecimento passam por constantes modificações, e a maneira de se publicar o conhecimento e as questões envoltas sobre ética, direito autoral, ciência aberta e licenças se intensificam. Assim, os periódicos precisam estabelecer diretrizes acerca destas questões em suas políticas editoriais baseadas em boas práticas.

O trabalho de Reis *et al.* (2015) aponta que a adoção de boas práticas é uma responsabilidade coletiva que envolve todos os agentes dos processos editoriais. Logo, as políticas editoriais dos periódicos devem conter de forma clara e objetiva informações que possam guiar e resguardar todos os agentes envolvidos no processo editorial, a fim de que haja segurança na disseminação e compartilhamento dos dados e pesquisas.

## 2.1 As políticas editoriais e as dimensões do direito autoral

A política editorial é fundamental para que um periódico se desenvolva com qualidade. Porém, a forma como ela é elaborada, a clareza e transparência das informações é que a tornam eficaz.

Segundo Rode, Sales e Alves (2022, p. 161), a política editorial:

[...] compreende o conjunto dos posicionamentos e compromissos do periódico com o avanço da pesquisa em sua área temática e com as respectivas comunidades de pesquisadores [...] e deve ser construída nos princípios da Ciência Aberta.

A concepção adotada pelos autores deste artigo é de que política editorial é um conjunto de diretrizes que orientam acerca dos procedimentos que envolvem a editoração e o gerenciamento do periódico.

A política editorial de um periódico não só estabelece normas, regras e responsabilidades a serem seguidas para a submissão de um manuscrito, mas também contribui para a qualidade e segurança da publicação. A política editorial envolve: formação do corpo editorial, comitê científico, estrutura

científica do periódico, normas de publicação, avaliação, acesso, diretrizes éticas, entre outras informações.

Por meio da política editorial é possível observar como o periódico eletrônico está lidando com os direitos autorais, pois ela reflete as diretrizes da revista.

Para Shintaku e Ferreira Júnior (2010), a política editorial compreende um conjunto de diretrizes cuja finalidade é orientar as atividades dos atores envolvidos na disseminação da informação científica. A política contém informações que respondem às questões básicas acerca do que publicar, como, onde e para quem. Por isso, a elaboração de uma política editorial deve ser bem planejada, seguindo os princípios da ciência aberta e da ética.

Apesar da importância que a política editorial tem no contexto da comunicação científica, especialmente em periódicos, são poucos os estudos acerca da temática no Brasil. Isso foi percebido no levantamento bibliográfico acerca do tema tanto no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) quanto na base da Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). São descritos a seguir alguns trabalhos que se destacam por abordarem as políticas editoriais como foco em dimensões relativas ao direito autoral.

Silva e Silveira (2023) investigaram a disponibilização de dados nas políticas editoriais na seção de orientações aos autores em periódicos da área de Comunicação e Informação, com classificação de Qualis A1, e constataram que a maioria dos editores encoraja o compartilhamento de dados e segue as diretrizes *Transparency and Openness Promotion* (TOP). Porém, as políticas editoriais para a incorporação de dados ainda são incipientes. Os autores sugeriram que as revistas incluam em suas políticas editoriais uma nova seção intitulada política de dados.

Feres *et al.* (2021) ao avaliarem as políticas editoriais de periódicos científicos brasileiros em relação à legislação brasileira de direitos autorais, verificaram uma desarmonia em comportamentos editoriais envolvendo a adoção das licenças *Creative Commons* (CC). Da mesma forma, Muriel-Torrado e Pinto (2018), ao estudarem periódicos da área de Ciência da Informação nacionais, verificaram que as licenças adotadas pelas revistas apresentavam inconsistências e erros.

Beltrão e Silva (2020), analisaram políticas editoriais de periódicos científicos nacionais na área de Ciências Humanas indexados na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) visando revisar a política do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Tais autores concluíram que as principais diferenças encontradas na análise proposta pelo estudo correspondem aos idiomas, à autoria e ao tipo de manuscritos aceitos, recomendando a revisão do escopo com detalhamento do conteúdo para a revista.

Pimenta *et al.* (2015) investigaram o direito de autor na perspectiva de editoras científicas e analisaram mais de 350 artigos científicos de 120 periódicos. As autoras apontaram a existência de um cenário de vulnerabilidade jurídica tanto para autores quanto para leitores, devido à necessidade de transparência nas informações e conhecimento quanto à utilização dos direitos autorais nos periódicos e editoras científicas, pois a informação sobre direitos autorais não estava disposta de forma clara e de fácil acesso.

Esses estudos realizaram análise de políticas editoriais e abordaram em particular algumas das dimensões referentes ao direito autoral. A proposta desta pesquisa é analisar como as dimensões do direito autoral estão sendo tratadas nas políticas editoriais dos periódicos. A diferença deste artigo para os artigos dos autores citados é na abordagem de forma conjunta das dimensões: propriedade intelectual; autoria e coautoria; licenças; e diretrizes éticas. Tal análise conjunta auxilia na identificação de como as dimensões estão sendo consideradas, quais as diretrizes adotadas para cada dimensão e se a revista tem diretrizes para todas as dimensões ou se considera umas e outras não.

Para criar e gerir políticas, os periódicos precisam de equipes editoriais com funções claramente definidas. Essa equipe é composta pelo editor-chefe, editor-chefe adjunto, equipe de produção editorial e conselho editorial. Esses profissionais estabelecem códigos de conduta que passam a fazer parte das políticas editoriais e, também, arbitram questões relacionadas a direitos autorais, processos de submissão e fraudes como parte de suas atribuições (Rode; Sales; Alves, 2022).

A elaboração de uma política editorial de qualidade para periódicos acadêmicos de acesso aberto exige que os editores adotem conceitos e práticas consistentes com as diretrizes do movimento de acesso aberto e com

as dimensões éticas da integridade da pesquisa e dos direitos autorais. Seguir as boas práticas editoriais recomendadas pelo *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE), *CSE, Committee on Publication Ethics* (COPE) e *Open Access Scholarly Publishers Association* (OASPA) são fundamentais para desenvolver uma política editorial eficaz.

As políticas editoriais precisam se adaptar às mudanças constantes de cenários advindas de novos paradigmas. É imprescindível uma revisão periódica da política, comparando-a com a de outros periódicos da área para buscar melhorias e eventuais ajustes, como apontam os artigos de Beltrão e Silva (2018, 2020).

A crescente tendência de pesquisas colaborativas em todos os campos do conhecimento, apontam que as políticas também devem considerar os aspectos relacionados às contribuições de autoria, para isso devem utilizar os manuais de boas práticas científicas e instruir corretamente os pesquisadores no processo de submissão dos trabalhos (Silva; Hilário; Martínez-Ávila, 2017).

Desse modo, a política editorial precisa contemplar as dimensões do direito autoral com diretrizes que orientem e reforcem as boas práticas na produção, acesso e compartilhamento da comunicação científica, com vistas a garantir qualidade e reduzir a incidência de problemas. A seguir são apresentadas as dimensões de análise das políticas editoriais deste estudo.

### 2.1.1 A propriedade intelectual

Os direitos de propriedade intelectual são direitos de exploração da informação, onde instrumentos legais protegem as criações do intelecto humano, cuja característica principal é apresentar a natureza de um bem incorpóreo (Barbosa, 2003).

O direito de autor, de acordo com a lei, garante proteção às criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, de forma tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro (Brasil, 1998). Logo, o direito autoral refere-se ao vínculo pessoal e patrimonial do autor com sua obra, protegendo este vínculo de qualquer utilização inapropriada.

Além disso, se uma pessoa ou organização detém os direitos autorais de um documento, música etc., essa pessoa ou organização são as únicas com os direitos legais de publicar, distribuir etc., e nenhuma outra pessoa ou



organização pode usá-los sem pedir a permissão para usar todo ou parte dele (Watanabe, 2014).

Dentre os direitos referentes à proteção da propriedade intelectual passíveis de reivindicação acerca de dados de pesquisa, Carroll (2015) e Guanaes (2018) destacam: direitos autorais, que incluem direitos sobre bancos de dados e programas de computador, direitos de patentes e segredos industriais.

A gestão da propriedade intelectual pode ser complexa nos periódicos eletrônicos, apesar dos artigos publicados nesses periódicos serem protegidos por direitos autorais, garantindo aos autores o reconhecimento de sua autoria e controlando o uso de seu trabalho. Um desses desafios está relacionado ao acesso aberto e à disseminação ampla do conhecimento científico. Muitos debates ocorrem em torno das políticas de acesso, custos de assinatura e direitos dos autores, visando equilibrar a proteção dos direitos intelectuais com a necessidade de ampla circulação e utilização dos resultados de pesquisas.

Os periódicos científicos de acesso aberto permitem a leitura e o uso gratuitos dos artigos e utilizam políticas de licenciamento flexíveis, como as licenças CC, que possibilitam diferentes níveis de compartilhamento e reutilização das obras.

A gestão eficaz da propriedade intelectual em periódicos científicos é um desafio complexo que requer um equilíbrio entre a proteção dos direitos dos autores, a acessibilidade ao conhecimento e o incentivo à inovação, contribuindo para avanços significativos em diversas áreas do conhecimento científico.

### 2.1.2 Autoria, coautoria e múltipla autoria

De acordo com Krokosz (2015), a atribuição da autoria aos responsáveis por trabalhos científicos não é algo simples, pois envolve aspectos subjetivos, objetivos e operacionais. Nos estudos acerca da temática, ainda inexistem consensos generalizados sobre os critérios que definem a autoria.

Fragoso (2009) explica que há uma confusão em definir o que é obra em colaboração e obra em coautoria, pois a própria lei de direito autoral (Brasil, 1998) no art. 5, parágrafo VIII considera coautoria como algo criado em comum por dois ou mais autores. Contudo, para a lei, a criação em comum é algo

indivisível. Mas a mesma lei também prevê, no art. 32, a coautoria referente à obra divisível. Fragoso (2009) observou que se trata então de uma contradição, pois, se é divisível, não pode ser obra comum, já que a colaboração envolve contribuições diversas de naturezas e graus distintos na obra. Logo, uma colaboração deveria ser considerada coautoria. Porém a lei, no art. 15, parágrafo 1º não os considera como colaboradores, tornando-os coautores irreais (Brasil, 1998).

Como a obra é indivisível, obras em coautoria devem ter a autorização de todos os coautores para serem publicadas. Como a coautoria está prevista na legislação brasileira, é obrigatório que todos que colaboraram com a obra sejam citados de alguma forma como coautores, apesar de parecer injusto, já que a legislação não prevê outra forma de mencionar a contribuição de colaboradores, auxiliares etc. (Satur; Dias; Silva, 2020).

O Código Europeu de Conduta para a Integridade da Investigação descreve responsabilidades profissionais, legais e éticas das instituições em que a investigação é produzida. Essas responsabilidades são extensivas às revistas institucionais onde são divulgadas as pesquisas. Os editores e outros órgãos envolvidos têm uma responsabilidade especial na monitorização e promoção destas práticas e dos princípios que as fundamentam.

No que se refere ao trabalho colaborativo, o Código traz diretrizes (All European Academies, 2017) que, quando adotadas pela revista, precisam estar explícitas principalmente nas informações referentes à submissão do documento, para que os autores possam informar de modo correto todas as contribuições ao trabalho.

Em relação à publicação e divulgação das pesquisas, o Código estabelece responsabilidades de autores e editores, além de critérios a serem obedecidos (All European Academies, 2017). Logo, se a revista diz que adota as diretrizes relacionadas à publicação e divulgação da pesquisa do Código Europeu, precisa ter em seus questionários de submissão ou na política de submissão tais diretrizes abordadas no Código.

Para auxiliar nos créditos referentes a autoria, foi criada a taxonomia *Contributor Roles Taxonomy* (CRediT)<sup>2</sup> com a finalidade de representar informação sobre a contribuição individual de cada autor em documentos

---

<sup>2</sup> Taxonomia de Contribuições de Autoria (CRediT).

*extensible Markup Language* (XML), que foi integrada ao *SciELO Publishing Schema* (SciELO PS). A proposta é melhorar a transparência em relação às contribuições dos autores em trabalhos científicos, contribuindo para a atribuição, crédito e prestação de contas.

Dadas as recomendações, as diretrizes dos direitos autorais referentes à propriedade intelectual devem ser cuidadosamente informadas na política editorial dos periódicos científicos, pois a inexistência de informações e a falta de clareza referente aos direitos autorais traz consequências e problemas jurídicos, além de influenciar na perda do potencial de impacto científico, tecnológico e social dos periódicos.

### 2.1.3 Licenças

As discussões sobre direito autoral no contexto do acesso aberto englobam também as licenças abertas como, por exemplo, as licenças CC e as *Open Data Commons*, entre outras. Tais licenças têm sido adotadas por periódicos com a finalidade de promover o compartilhamento de publicações científicas e o reuso de dados.

As licenças CC são um tipo de contrato que flexibiliza o *copyright*. Por meio delas, os autores decidem como compartilhar suas obras e indicam, por meio de ícones, o que os usuários podem fazer ou não, inclusive o direito de cópia. As licenças são categorizadas com diferentes graus de abertura, desde as mais abertas, que simplesmente requerem citar o autor, até as mais restritivas, que impedem usos comerciais e as obras derivadas (Muriel-Torrado; Pinto, 2018). As licenças CC são atribuídas aos documentos, inserindo nos mesmos um conjunto de um ou mais ícones correspondentes a uma Atribuição CC específica que, por sua vez, indicam permissões associadas ao documento onde foram atribuídas (Creative Commons, 2022).

As licenças mais utilizadas no contexto dos periódicos eletrônicos de acesso aberto são a Atribuição CC BY e a Atribuição CC BY *NonCommercial* (NC). A Atribuição CC BY é a licença mais flexível, permite a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir do original, mesmo para fins comerciais, desde que seja atribuído o devido crédito pela criação. A Atribuição CC BY NC permite a distribuição, remixagem, adaptação e criação

a partir do original para fins não comerciais e esses trabalhos derivados devem reconhecer os créditos e não podem ser comerciais.

A adoção de uma licença deve ser claramente indicada tanto na página principal do periódico quanto em cada publicação. Isso garante o respeito aos direitos autorais, especialmente quando os leitores baixam ou compartilham artigos, que podem ser disseminados fora do site da revista, onde as informações da licença estão disponíveis. Portanto, é essencial que a licença também seja mencionada diretamente nos artigos.

As licenças CC são essenciais para promover a colaboração e o compartilhamento de conhecimento de forma criativa e aberta. Elas oferecem uma maneira flexível de proteger direitos autorais, permitindo que os autores decidam o nível de compartilhamento de suas obras, desde uso não comercial até a permissão de modificações. A adoção delas contribui para uma cultura de compartilhamento e inovação, ampliando o acesso ao conhecimento de maneira ética e legal.

#### 2.1.4 Diretrizes éticas

As diretrizes éticas na pesquisa científica são fundamentais para garantir a integridade, o respeito e a confiabilidade dos estudos. A integridade científica envolve a honestidade na condução da pesquisa, desde a coleta de dados até a análise e interpretação dos resultados. Evitar a manipulação de dados e conflitos de interesse são aspectos vitais para preservar a credibilidade do estudo.

As diretrizes éticas para autores precisam estar presentes na política editorial, pois elas fazem parte das boas práticas. De acordo com Rode, Sales e Alves (2022), para que se tenha a garantia da integridade das etapas do fluxo editorial e das pessoas envolvidas, o periódico deve explicitar os procedimentos e normas adotados, pois isso evita más condutas e contribui para a preservação da ética.

A comunicação científica precisa estar pautada na boa conduta. Marcovitch *et al.* (2010) relatam alguns problemas relacionados às questões éticas na comunicação científica: plágio, dupla publicação, alterações não divulgadas nos protocolos pré-pesquisa ou comportamento antiético. Isso inclui

tanto os erros não intencionais, onde não há a intenção de fraude, até a má conduta.

Para contribuir para a boa conduta, são elaborados documentos para auxiliar os editores nas questões referentes à ética, como: as Diretrizes Éticas do COPE, do CSE e o Guia de Boas Práticas para o Fortalecimento da Ética na Publicação da SciELO. Além desses documentos, os periódicos precisam informar como procedem em relação às retratações e em caso de más condutas.

É dever do editor buscar informações de modo a orientar e divulgar na política editorial diretrizes éticas que auxiliem a cultura da boa conduta (Aparicio; Banzato; Liberatore, 2016). Quando um autor submete um manuscrito a um periódico, ele deve seguir as diretrizes éticas formais e se esforçar para apresentar adequadamente os resultados de suas pesquisas. O manuscrito submetido passa por uma série de etapas dentro da revista até ser publicado ou rejeitado. Nesse processo, os editores científicos atuam como gestores das publicações acadêmicas (Damasio, 2022).

Como a tarefa do editor científico é gerenciar, pois ele é quem toma as principais decisões em relação ao encaminhamento e aceite do manuscrito. Cabe a ele criar mecanismos para identificar se as diretrizes apontadas foram cumpridas pelo autor, contribuindo para assegurar a integridade da publicação. Essa etapa pode ser realizada tanto pelo editor quanto pela equipe de editoração. De acordo com Damasio (2022), antes da avaliação *ad hoc*, nessa etapa é realizada a conferência formal da conformidade do manuscrito com todas as diretrizes do periódico, incluindo a detecção e repúdio ao plágio.

Em resumo, as diretrizes éticas precisam ser adotadas e divulgadas na política editorial e observadas no fluxo editorial tanto pelo editor quanto pela equipe editorial, pois não são apenas um conjunto de regras, mas sim um compromisso com a integridade, transparência, responsabilidade social e respeito à comunidade científica e à sociedade como um todo.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é caracterizada como exploratória e descritiva quanto aos objetivos e bibliográfica e documental quanto aos meios.

A pesquisa tem natureza exploratória e descritiva, devido à busca e síntese de informações acerca das políticas editoriais dos periódicos e das dimensões que envolvem o direito autoral, seja na literatura científica como nas respectivas páginas dos *sites* das revistas na *Web*, visando descrever, analisar e correlacionar.

É bibliográfica, pois realiza uma revisão de literatura, sendo o levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados BRAPCI e Portal CAPES, utilizando os termos de busca: periódico eletrônico; política editorial; direito autoral; propriedade intelectual; licenças; e plágio. Na base da BRAPCI, foram recuperados 40 documentos, porém apenas 22 eram relevantes para a pesquisa. No Portal de periódicos da CAPES, foram recuperados mais de 900 documentos, porém para a pesquisa foram considerados apenas documentos revisados por pares, cerca de 50. No desenvolvimento da revisão bibliográfica, os trabalhos selecionados conforme relevância com a temática da pesquisa foram organizados em planilhas para leitura, interpretação e análises comparativas.

Por fim, a pesquisa também se caracteriza como documental, pois analisa as políticas editoriais de periódicos brasileiros com estratos superiores (A1 e A2) na área de Ciência da Informação pelo Qualis Periódicos da CAPES no quadriênio 2017-2020. A análise recai sobre como as políticas editoriais das revistas abordam as seguintes dimensões do direito autoral em suas páginas na *Web*: propriedade intelectual; autoria, coautoria e múltipla autoria; licenças; e diretrizes éticas.

Para a seleção dos periódicos eletrônicos a considerar na análise das políticas editoriais, utilizou-se a consulta ao *Webqualis* na plataforma Sucupira. Foram selecionadas revistas brasileiras dos estratos A1 e A2 da área de Informação e Comunicação, indexadas na BRAPCI, com o propósito de analisar como esses periódicos eletrônicos com estratos mais altos na área de Ciência da Informação abordam as dimensões do direito autoral em suas políticas editoriais, visando oferecer subsídios para o aprimoramento das orientações aplicáveis a todas as revistas da área. No Quadro 1 são apontadas as revistas analisadas.

**Quadro 1** – Revistas brasileiras de Ciência da informação nos estratos A1 e A2 (Qualis 2017-2020)

Título do Periódico	Link da revista	ISSN	Estrato
Em Questão	<a href="https://seer.ufrgs.br/emquestao/">https://seer.ufrgs.br/emquestao/</a>	1808-5245	A2
Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação	<a href="https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb">https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb</a>	1518-2924	A2
Informação & Informação	<a href="https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/index">https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/index</a>	1981-8920	A2
Informação & Sociedade: Estudos	<a href="https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies">https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies</a>	1809-4783	A2
Perspectivas em Ciência da Informação	<a href="https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci">https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci</a>	1413-9936	A2
Acervo: Revista do Arquivo Nacional (Arquivo Nacional)	<a href="https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo">https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo</a>	2237-8723	A1
Transinformação	<a href="https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo">https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo</a>	2318-0889	A1

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Tendo como objetivo investigar como a política editorial das revistas científicas selecionadas aborda as dimensões do direito autoral, a base teórica da análise consistiu na utilização do método de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011). A adoção do método de análise de conteúdo justifica-se por sua adequação ao exame sistemático das políticas editoriais das revistas científicas, permitindo identificar de forma crítica como são tratadas as dimensões do direito autoral, ao possibilitar identificar categorias, revelar significados implícitos e contradições subjacentes. A análise de conteúdo é constituída de três fases: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados.

Na fase de pré-análise foi definido o corpus de pesquisa, a unidade de registro e as categorias de análise. A análise de conteúdo foi aplicada no corpus de pesquisa formado pelas políticas editoriais das revistas selecionadas. Foram definidas as diretrizes adotadas como unidades de registro e as dimensões do direito autoral foram tratadas como categorias de análise.

A coleta de dados foi realizada por meio do acesso aos sites dos periódicos para capturar conteúdo da política editorial contendo diretrizes

relacionadas às dimensões do direito autoral nos menus das páginas das revistas, incluindo políticas, submissões, diretrizes para autores, bem como menus com conteúdos relacionados à ética ou direito autoral. Os menus acessados nas páginas das revistas estão descritos nos respectivos quadros de análise posteriormente apresentados na próxima seção. A pesquisa nos *sites* das revistas foi realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2023. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de capturas de tela das páginas das revistas e foram organizados e arquivados em pastas no *Google Drive* para consulta.

Na exploração do material, foi realizada a codificação dos dados fazendo uso de quadros, onde trechos das diretrizes relacionadas ao direito autoral e presentes na política editorial foram representados como unidades de registro. Durante a codificação, foi realizada também a identificação e registro das diretrizes pertinentes a cada categoria de análise. As categorias de análise foram delimitadas na fase de pré-análise e foram deduzidas a partir dos títulos dos menus das revistas, dos títulos de seção no texto da política editorial e das categorias exploradas em trabalhos relacionados: Argollo e Rosa (2018); Satur, Dias e Silva (2020); Feres *et al.* (2021); Santana (2016); Dias e Oliveira (2015).

Foram estabelecidas as seguintes categorias de análise e regras de associação: Categoria 1: Propriedade Intelectual – Diretrizes sobre a declaração de direito autoral, incluindo como a propriedade intelectual é definida, concedida e protegida, bem como autorizações e permissões pertinentes; Categoria 2: Autoria, coautoria e múltipla Autoria – Diretrizes para atribuição de autoria e coautoria, levando em conta contribuições e funções dos autores; Categoria 3: Licenças – Diretrizes sobre as licenças utilizadas e nível de permissão concedido para uso das obras pelos leitores; Categoria 4: Diretrizes Éticas – Diretrizes éticas estabelecidas e adoção de boas práticas em publicações.

No tratamento dos resultados, o procedimento analítico consistiu primeiramente na inferência por meio da análise qualitativa das diretrizes pertinentes a cada categoria no conteúdo codificado em quadros, buscando padrões e significados no contexto de políticas editoriais e dimensões do direito autoral. Posteriormente, foi realizada a interpretação com embasamento no referencial teórico, envolvendo a comparação dos dados coletados entre diferentes revistas e a discussão sobre a adequação da especificação de



diretrizes em relação às dimensões do direito autoral nas políticas editoriais. Por fim, realizou-se a síntese dos resultados obtidos, destacando as principais tendências e melhores práticas na redação de políticas editoriais quanto às dimensões do direito autoral.

#### 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Ao realizar o levantamento nas páginas das revistas, verificou-se que quase todos os periódicos analisados são hospedados em portais de periódicos: a revista *Em Questão* no Portal de periódicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); a revista *Encontros Bibli* no Portal de Periódicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); a revista *Informação & Informação* no Portal de periódicos da Universidade Estadual de Londrina (UEL); a revista *Informação & Sociedade* no Portal de periódicos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); a revista *Perspectivas em Ciência da Informação* no Portal de periódicos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e a revista *Transinformação* no Portal de periódicos da Pontifícia Universidade Católica (PUC) Campinas. Apenas a revista *Acervo* não está vinculada a um portal de periódicos institucional.

De acordo com Silveira (2016) o portal de periódicos tem uma função educativa de dispor de produtos e serviços para auxiliar a equipe editorial no processo de editoração científica, baseado nos princípios do acesso aberto. Como a maioria dos periódicos são vinculados a portais, os editores das revistas podem ser auxiliados e acompanhados pela equipe do portal institucional no desenvolvimento das revistas hospedadas, mais especificamente nas avaliações periódicas das políticas editoriais. Porém, emerge a dúvida se os portais de periódicos teriam recursos humanos suficientes para tal suporte.

Na codificação de dados, foram acessadas as páginas das revistas nos respectivos menus registrados nos quadros referentes às diretrizes coletadas para cada dimensão do direito autoral em cada revista. Nos sete *sites* de periódicos analisados, não havia um menu específico que englobasse as dimensões referentes aos direitos autorais. As diretrizes acerca do direito autoral se apresentam de forma diferente em cada revista e em menus variados.

Nos quadros a seguir serão apresentadas as diretrizes referentes às dimensões do direito autoral que aparecem nos menus das respectivas revistas.

Diretrizes que aparecem em duplicidade em mais de um menu foram inseridas apenas em um menu para evitar duplicidade de informações. As linhas em branco nos quadros correspondem à falta de diretrizes sobre a dimensão do direito autoral analisada.

**Quadro 2** – Dados coletados do site do periódico Em Questão

Revista Em Questão				
Dimensões do direito autoral	Menu / URL			
	Sobre a Revista <a href="https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/about">https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/about</a>	Política editorial e outros <a href="https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/editorialpolicy">https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/editorialpolicy</a>	Diretrizes aos autores <a href="https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/about/submissions#onlineSubmissions">https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/about/submissions#onlineSubmissions</a>	Diretrizes éticas <a href="https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/ethics">https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/ethics</a>
Propriedade intelectual (categoria 1)	Autores <b>concedem à revista o direito</b> de primeira publicação. <b>Autores têm autorização</b> para assumir contratos adicionais separadamente, com reconhecimento de autoria e publicação inicial na revista.			
Autoria, coautoria e múltipla autoria (Categoria 2)			Disponibiliza <b>declaração de autoria e responsabilidade</b> e onde são informadas as <b>funções e contribuições específicas dos autores.</b>	
Licenças (categoria 3)	Informa que <b>adota a Licença Creative Commons Attribution (CC BY 4.0)</b>			
Diretrizes éticas (categoria 4)		Utiliza o <i>software Turnitin Originality</i> para <b>controle de plágio.</b>		<b>Orienta</b> aos autores referente a <b>questões éticas e adota as diretrizes éticas da COPE e SciELO.</b> Oferece informação sobre <b>Política de</b>

				<b>Ética e Más condutas</b> , Errata e Retratção <b>segundo prerrogativas do COPE.</b>
--	--	--	--	--

Fonte: dados da pesquisa (2023).

**Quadro 3** – Dados coletados do site do periódico Encontros Bibli

Revista Encontros Bibli			
Dimensões do direito autoral	Menu / URL		
	Política editorial <a href="https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/politica_editorial">https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/politica_editorial</a>	Políticas éticas <a href="https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/codigo_etica">https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/codigo_etica</a>	Diretrizes para autores <a href="https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/diretrizes">https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/diretrizes</a>
Propriedade intelectual (categoria 1)	Os <b>autores conservam todos seus direitos, permitindo</b> que o periódico publique e disponibilize seus artigos.		
Autoria, coautoria e múltipla autoria (categoria 2)		Orienta que a <b>indicação de autoria</b> em um artigo científico, <b>deve seguir as recomendações do Guia para autores do COPE</b> (inglês).	Indica o <b>CRedit</b> , para os papéis que <b>descrevem a contribuição específica de cada colaborador</b> para a produção acadêmica.
Licenças (categoria 3)	Informa que <b>adota a Licença Creative Commons Attribution (CC BY 4.0)</b>		
Diretrizes éticas (categoria 4)	Utiliza o software <i>Ithenticate</i> para <b>deteção de plágio</b> . Adota os <b>fluxogramas do COPE para apurar denúncias e suspeitas de má conduta</b> e determinar as ações necessárias na resolução dos casos. <b>Adota o Guia para registro e publicação de retratação da SciELO.</b>	Informa que as práticas editoriais estão amparadas no <b>Guia para editores do COPE.</b>	

	Exige <b>aprovação do comitê de ética para pesquisas com seres humanos.</b>		
--	---	--	--

Fonte: dados da pesquisa (2023).

**Quadro 4** – Dados coletados do site do periódico Informação & Informação

Revista Informação & Informação		
Dimensões do direito autoral	Menu / URL	
	Sobre a Revista <a href="https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/about">https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/about</a>	Submissões <a href="https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/about/submissions">https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/about/submissions</a>
Propriedade intelectual (categoria 1)		Os autores <b>mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito</b> de primeira publicação.
Autoria, coautoria e múltipla autoria (categoria 2)		
Licenças (categoria 3)		Os trabalhos são licenciados sob a <b>Licença Creative Commons Attribution 4.0 International</b> (CC BY 4.0).
Diretrizes éticas (categoria 4)		

Fonte: dados da pesquisa (2023).

**Quadro 5** – Dados coletados do site do periódico Informação & Sociedade: Estudos

Informação & Sociedade: Estudos		
Dimensões do direito autoral	Menu / URL	
	Sobre a Revista <a href="https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/about">https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/about</a>	Submissões <a href="https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/about/submissions">https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/about/submissions</a>
Propriedade intelectual (categoria 1)		Os trabalhos <b>tornam-se propriedade da revista</b> , sendo vedada a reprodução total ou parcial, sem autorização da Comissão Editorial, exceto para uso de estudo e pesquisa.
Autoria, coautoria e múltipla autoria (categoria 2)		
Licenças (categoria 3)		Os trabalhos são licenciados sob a <b>Licença Creative Commons Attribution não comercial 4.0 International</b> (CC BY NC 4.0).
Diretrizes éticas (categoria 4)		

Fonte: dados da pesquisa (2023).

**Quadro 6** – Dados coletados do site do periódico Perspectivas em Ciência da Informação

Perspectivas em Ciência da Informação		
Dimensões do direito autoral	Menu / URL	
	Sobre a Revista <a href="https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/about">https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/about</a>	Submissões <a href="https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/about/submissions">https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/about/submissions</a>
Propriedade intelectual (categoria 1)	O <b>autor mantém o direito autoral</b> sob o artigo publicado e o <b>periódico tem o direito</b> de primeira publicação.	
Autoria, coautoria e múltipla autoria (categoria 2)	Em relação a <b>autoria múltipla</b> (acima de três autores) a revista orienta que “ <b>deverá ser apresentada a contribuição de cada autor</b> para o artigo” e mostra as funções. <b>Segue a CRediT</b> que é uma taxonomia de alto-nível, incluindo 14 papéis.	
Licenças (categoria 3)	Utiliza a <b>licença Creative Commons (CC BY)</b>	
Diretrizes éticas (categoria 4)	A revista informa que tem compromisso com a ética e qualidade na publicação <b>conforme Código de Conduta Editorial</b> , porém não foi encontrada a informação sobre qual código a revista adota. Utiliza o <i>Checkforplagiarism</i> , para <b>avaliação de similaridade</b>	

Fonte: dados da pesquisa (2023).

**Quadro 7** – Dados coletados do site do periódico Revista Acervo

Revista Acervo		
Dimensões do direito autoral	Menu / URL	
	Sobre a Revista <a href="https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/about">https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/about</a>	Submissões <a href="https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/about/submissions">https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/about/submissions</a>
Propriedade intelectual (categoria 1)	Os <b>autores detêm todos os direitos autorais</b> dos textos publicados, sendo responsáveis integralmente pelo seu conteúdo.	
Autoria, coautoria e múltipla autoria (categoria 2)	Informa que as <b>contribuições de autoria</b> devem ser claras. <b>Todos os autores informados devem ter “contribuído significativamente</b> para a pesquisa e a redação do artigo”. Caso contrário, “as <b>contribuições</b> podem ser <b>citadas nos agradecimentos</b> ”.	
Licenças (categoria 3)	Conteúdo sob a <b>licença CC-BY</b> Atribuição 4.0	
Diretrizes éticas (categoria 4)		A revista <b>adota os princípios do código de ética do COPE</b> e das <b>diretrizes para a integridade na atividade científica do CNPq</b> . Se houver problemas com questões éticas a revista publicará, quando pertinente, correções pós-publicação.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

**Quadro 8** – Dados coletados do site do periódico Transinformação

Revista Transinformação		
Dimensões do direito autoral	Menu / URL	
	Sobre a Revista <a href="https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/about">https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/about</a>	Submissões <a href="https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/submissoes">https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/submissoes</a>
Propriedade intelectual (categoria 1)	Todos os <b>direitos autorais são mantidos pelos autores.</b>	
Autoria, coautoria e múltipla autoria (categoria 2)	O <b>crédito de autoria</b> baseia-se em <b>contribuições substanciais</b> , tais como concepção e desenho, análise e interpretação, revisão e aprovação da versão final do artigo. <b>Não incluir autores cuja contribuição não se enquadre</b> nos critérios informados.	
Licenças (categoria 3)	Conteúdo sob a licença <b>Creative Commons CC-BY</b>	
Diretrizes éticas (categoria 4)	Exige <b>parecer do comitê de ética para pesquisas com seres humanos</b> . Utiliza o <i>CrossCheck</i> para <b>verificar plágio</b> .	

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A análise das políticas editoriais dos periódicos mostra um cenário marcado por heterogeneidade normativa, fragmentação informacional e lacunas na orientação por meio das diretrizes relacionadas às dimensões do direito autoral. Os resultados contribuem para o debate teórico sobre direito autoral e governança editorial e expõem tensões entre os princípios normativos defendidos na literatura e as práticas efetivamente implementadas nas revistas analisadas.

De acordo com as orientações do COPE, *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), OASPA e *World Association of Medical Editors* (WAME) (2022), as diretrizes referentes às dimensões que envolvem o direito autoral devem ser dispostas nas páginas das revistas de forma clara e de fácil acesso. Do ponto de vista da organização e disponibilização das informações, os resultados indicam que, embora as diretrizes relacionadas ao direito autoral estejam presentes na maioria dos periódicos, no menu “Sobre a Revista”, em alguns periódicos isso não acontece, ficando as diretrizes dispersas em diferentes menus e seções, tornando a busca de informações no geral uma etapa desafiadora. Essa dispersão dificulta a encontrabilidade da informação pelos autores e leitores, que nem sempre têm tempo hábil para acessar menu por menu para ler todas as diretrizes da revista.

De acordo com Oliveira (2015), atualmente é essencial considerar as questões do direito autoral no processo de comunicação científica, o que evidencia a necessidade de um planejamento em como divulgar as diretrizes acerca das dimensões do direito autoral. Em consonância com essa perspectiva, a dispersão ou fragmentação das diretrizes relacionadas ao direito autoral observada em alguns periódicos reforça a importância de um planejamento mais consistente na estruturação de suas políticas editoriais.

Visando um melhor atendimento às demandas de encontrabilidade e divulgação de diretrizes relacionadas ao direito autoral, uma possível sugestão de melhoria seria a utilização de um menu no site do periódico com informações acerca da política de direito autoral, considerando o contexto do acesso aberto e abarcando as diretrizes do direito autoral. Isto permitiria aos autores e leitores o conhecimento das práticas adotadas pela revista, evitando maiores problemas.

Em cinco das sete revistas analisadas, foram encontradas diretrizes sobre as quatro dimensões do direito autoral analisadas. Apenas nas revistas Informação & Informação e Informação & Sociedade não foram encontradas diretrizes para todas as quatro categorias correspondentes às dimensões do direito autoral. A falta de diretrizes sobre o direito autoral contribui para equívocos e desorientação de autores e leitores, que podem impactar negativamente nas boas práticas da publicação científica.

No que diz respeito à dimensão de propriedade intelectual, a pesquisa constatou três tipos diferentes de tratamento. Nas revistas Em Questão, Informação & Informação e Perspectivas em Ciência da Informação, os autores são detentores do direito autoral, mas concedem ao periódico o direito à primeira publicação, logo trata-se de cessão parcial a título singular. Nas revistas Encontros Bibli, Transinformação e Acervo, todos os direitos da publicação são dos autores, isto significa que os autores são os detentores dos direitos autorais e não a revista. Na revista Informação & Sociedade, os direitos autorais dos trabalhos publicados tornam-se propriedade da revista, caracterizando cessão total a título singular.

Na modalidade cessão, o titular dos direitos autorais (o autor) faz a transferência total ou parcial dos direitos patrimoniais da obra (o artigo) a outro indivíduo (a revista). Além disso, a cessão pode ser adotada de modo universal

ou singular abrangendo, respectivamente, todas ou algumas modalidades específicas de utilização da obra. Em todo caso, a cessão deve ser feita mediante contrato e trata-se de uma transferência definitiva e irrevogável (Bezerra, 2021). E, na adoção de uma nova modalidade de utilização originalmente não contratada, a revista precisará de uma nova autorização do autor (Fragoso, 2009).

As revistas que informam que os autores detêm todos os direitos autorais necessitam da autorização do autor na atribuição de licença ao artigo, pois, como todos os direitos estão reservados ao autor, ele deve aderir às modalidades de utilização do artigo correspondentes à licença.

A concessão dos direitos autorais deve ser observada com cuidado, pois periódicos que aderem a sistemas de replicação de conteúdos não podem vedar a reprodução total ou parcial dos trabalhos nos periódicos científicos, conforme a análise de Dias, Souza e Paiva (2012).

Os resultados mostram que, na cessão de direitos autorais, muitas particularidades não são claramente detalhadas nas políticas editoriais, gerando insegurança jurídica e dificultando a reutilização dos conteúdos científicos. Como essas cessões envolvem implicações legais específicas, é essencial garantir clareza contratual e transparência na comunicação com os autores.

Quanto à dimensão relacionada à autoria e coautoria, apenas as revistas Informação & Informação e Informação & Sociedade não apresentam diretrizes acerca de contribuições de autoria e funções dos autores.

A revista Em Questão possui a declaração de autoria e responsabilidade, neste documento são informadas as funções e contribuições específicas dos autores e suas responsabilidades.

A revista Encontros Bibli orienta que os autores devem seguir as recomendações do Guia para autores do COPE para as indicações de autoria e orienta o uso da taxonomia CRediT para contribuições específicas na produção acadêmica.

A revista Perspectivas em Ciência da Informação solicita, no caso de múltipla autoria, que sejam informadas as contribuições de cada autor para o artigo, utilizando as funções da taxonomia CRediT.



As revistas *Acervo* e *Transinformação* solicitam que as contribuições de autoria devem ser claras e que só devem ser citados os autores que contribuíram significativamente no artigo.

Os resultados evidenciam avanços na dimensão da autoria e coautoria, sobretudo em periódicos que adotam recomendações internacionais, como as orientações do COPE e a taxonomia CRediT, para explicitar as contribuições individuais dos autores. Contudo, conforme apontam Silva, Hilário e Martínez-Ávila (2017), a ausência de diretrizes claras em alguns periódicos gera ambiguidades na delimitação entre colaboração e coautoria, o que pode resultar em conflitos e dificultar a responsabilização ética quanto às funções desempenhadas na produção científica.

A atribuição de autoria científica faz parte da conduta ética e orientar os autores e coautores nesse processo contribui para as boas práticas na comunicação científica. As políticas editoriais analisadas revelam diferentes níveis de alinhamento com padrões internacionais de transparência e boas práticas, como apresentados em *Principles of Transparency and Best Practice in Scholarly Publishing* (COPE; DOAJ; OASPA; WAME, 2022), que recomendam diretrizes claras e acessíveis sobre autoria e contribuições. Contudo, os resultados evidenciam que nem todos os periódicos internalizam essas orientações de forma consistente, revelando um descompasso entre o marco normativo internacional e sua aplicação efetiva nas políticas editoriais.

As licenças utilizadas pelos periódicos foram outra dimensão observada nas políticas editoriais, pois elas contribuem para o acesso e compartilhamento da informação de forma ética pelos usuários leitores, respeitando os direitos autorais.

Seis dos periódicos analisados utilizam a licença CC BY 4.0 e um utiliza a licença CC BY NC 4.0. As licenças CC, são licenças públicas que dão permissões jurídicas para que obras de diferentes naturezas possam ser distribuídas e utilizadas por qualquer pessoa. Geralmente são adotadas por periódicos de acesso aberto por serem uma alternativa ao direito de propriedade intelectual tradicional. Dependendo da licença adotada, o autor pode permitir o acesso, a cópia e a distribuição de sua obra. A licença CC BY permite a distribuição, remixagem, adaptação e criação de obras derivadas, mesmo para fins comerciais, desde que o devido crédito pela criação original seja atribuído

(Creative Commons, 2022). A licença CC BY NC permite a distribuição, remixagem, adaptação e criação de obras derivadas para fins não comerciais, desde que o devido crédito pela criação original seja atribuído (Creative Commons, 2022).

A análise das licenças de uso também sugere reflexões. Embora a maioria dos periódicos adote a licença CC BY 4.0, considerada a mais alinhada aos princípios do acesso aberto, a ausência de sua menção explícita nos artigos, como observado na revista *Informação & Informação*, evidencia fragilidades na comunicação das permissões de uso. Tal incongruência, já apontada por Feres *et al.* (2021), pode gerar incertezas quanto às possibilidades de reutilização das obras, comprometendo o propósito das licenças abertas de assegurar segurança jurídica e ampliar a circulação do conhecimento. Diante do exposto, é imprescindível que a revista sempre comunique a licença adotada, inclusive remetendo ao link da referida licença CC tanto na política editorial, quanto nas publicações.

Outra dimensão observada nas políticas editoriais foi se o periódico apresenta diretrizes éticas, correspondendo às orientações acerca de questões éticas e boas práticas na publicação científica. Apenas nas revistas *Informação & Informação* e *Informação & Sociedade* não foram encontradas orientações acerca de boas práticas conforme o escopo da pesquisa nos menus pesquisados. Na revista *Transinformação*, a política editorial retrata apenas dois aspectos éticos relativos à pesquisa com seres humanos e plágio.

A revista *Em Questão* disponibiliza um menu intitulado “diretrizes éticas” e nele informa as responsabilidades do autor, do editor, da comissão editorial e dos revisores, com orientações de acordo com o código de conduta do COPE e diretrizes da SciELO. Informa também os procedimentos em casos de infrações éticas e que segue o fluxo do COPE para solução de conflitos.

A revista *Encontros Bibli* no menu intitulado “política editorial” contém algumas informações e orientações referentes a condutas antiéticas e informa que tem como instrumento os fluxogramas do COPE para averiguar fatos e conduzir as ações para resolução dos casos, como também adota o Guia para registro e publicação de retratação da SciELO. A revista também possui um menu intitulado “políticas éticas” onde orienta sobre as boas práticas em publicação para editores, avaliadores e autores.

A revista *Perspectivas em Ciência da Informação* comunica que segue um código de conduta editorial, porém não há informação se este código é da própria revista ou se é baseado em um código externo.

A Revista *Acervo*, no menu intitulado “Submissões”, informa que adota medidas para identificar e impedir a publicação de artigos se constatados plágios ou condutas antiéticas e que adota os princípios do código de ética do COPE e diretrizes para a integridade na atividade científica do CNPq. Porém, não foram encontradas orientações específicas sobre as boas práticas adotadas.

A dimensão da ética na publicação científica apresenta um panorama heterogêneo, pois envolve múltiplos aspectos, como responsabilidade autoral, fraude, plágio, compartilhamento e divulgação de dados, além do ciclo editorial, avaliação e edição. Todos esses tópicos devem ser abordados na política editorial para promover a conscientização dos envolvidos. Enquanto alguns periódicos seguem de forma detalhada códigos internacionais de conduta, como as orientações do COPE e da SciELO, outros apenas mencionam pontos isolados ou sequer tratam das boas práticas. Essa lacuna é significativa, já que a ética editorial constitui um dos pilares da credibilidade da comunicação científica. Conforme destacam Hilário, Grácio e Guimarães (2018), a explicitação de diretrizes éticas é essencial para orientar autores, editores e avaliadores quanto às responsabilidades e procedimentos diante de infrações. A ausência ou superficialidade dessas orientações fragiliza os mecanismos de prevenção e resolução de condutas antiéticas.

No Brasil e no mundo existem instituições que oferecem serviços para auxiliar editores de periódicos científicos no gerenciamento das publicações, inclusive no que se refere à ética e integridade na pesquisa. Exemplo disso são os portais de periódicos que têm como função dar apoio aos editores nas atividades de gerenciamento e editoração. Algumas entidades também auxiliam nesses processos, como: a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS); a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp); a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), que disponibiliza em sua página as Diretrizes do CSE para Promover Integridade em Publicações de Periódicos Científicos; e o organismo internacional denominado COPE, que elabora diretrizes editoriais que podem ser adotadas e divulgadas nas páginas

dos periódicos. O ideal é que essa divulgação seja disponibilizada nas línguas adotadas pelas revistas para facilitar o entendimento por parte do autor nas submissões de trabalhos.

Ao adotar padrões científicos, éticos, sociais e políticos, o periódico adquire reconhecimento e isso contribui para o aumento do seu conceito. Logo, ao disponibilizar diretrizes éticas em suas políticas editoriais os periódicos orientam e reforçam as boas práticas na produção e comunicação científica garantindo a credibilidade e qualidade e contribuindo para a redução de condutas antiéticas.

## 5 CONCLUSÃO

A pesquisa demonstra que há heterogeneidade de diretrizes nas políticas editoriais dos periódicos em relação às dimensões do direito autoral analisadas, porém, em cinco dos sete periódicos analisados, a política editorial traz diretrizes para cada uma das dimensões analisadas, o que contribui para a discussão e adoção das boas práticas por outros periódicos da área de Ciência da Informação.

Ademais, em dois dos sete periódicos analisados não foram encontradas diretrizes acerca de duas dimensões do direito autoral: autoria, coautoria e múltipla autoria; e diretrizes éticas. Tal fato dificulta aos autores e leitores o entendimento das diretrizes adotadas pelo periódico e a divulgação de boas práticas relacionadas ao direito autoral na área de Ciência da Informação, dada a importância dos periódicos mais qualificados da área no reforço das boas práticas científicas.

Outro ponto observado na pesquisa foi que a fragmentação de informações nos diferentes menus das revistas também dificulta e afeta a encontrabilidade da informação. Isso poderia ser minimizado se os periódicos concentrassem em um único menu informações sobre a política de direito autoral, englobando todas as diretrizes acerca de propriedade intelectual, autoria, coautoria e múltipla autoria, licenças e diretrizes éticas, pois facilitaria o acesso e uso das diretrizes pertinentes.

As diretrizes referentes à dimensão de propriedade intelectual e à dimensão de licenças foram encontradas em todas as políticas editoriais das revistas analisadas. Na maioria dos periódicos, os direitos da publicação são dos

autores, sendo esses detentores do direito autoral, havendo apenas uma cessão parcial a título singular ao periódico quanto ao direito à primeira publicação. Todos os periódicos pesquisados adotam a licença CC BY 4.0 nos artigos publicados, típica de periódicos de acesso aberto, sendo que em um periódico é adicionada a essa licença a restrição para uso não comercial dos artigos. As cessões de direito autoral e licenças devem ser revisadas periodicamente conforme ocorram mudanças nas modalidades anteriormente previstas nos contratos.

Quanto às informações referentes à dimensão de autoria, coautoria e múltipla autoria, a maioria das revistas (cinco das sete analisadas) consegue orientar sobre as contribuições e funções de autores, coautores e demais colaboradores, mostrando a responsabilidade em dar os devidos créditos a quem realmente contribui para o artigo. Destaca-se a importância do uso da taxonomia CRediT por dois periódicos na definição dos papéis de contribuições específicas dos autores na produção acadêmica.

Em relação às diretrizes éticas, duas revistas se destacam por apresentar as boas práticas com orientações mais detalhadas sobre as responsabilidades dos participantes do fluxo editorial, má conduta e boas práticas seguindo as diretrizes do COPE e da SciELO. Outras duas revistas informam que seguem um código de conduta, mas não foram encontradas maiores orientações acerca das boas práticas. Três revistas não apresentaram orientações referentes às boas práticas, sendo que em duas dessas não foram encontradas diretrizes na dimensão de diretrizes éticas.

As mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento da comunicação científica no contexto do acesso aberto e suas implicações jurídicas devem ser contempladas nas políticas editoriais. A adoção de diretrizes éticas e códigos de conduta de instituições internacionais e nacionais como COPE, CSE, Fapesp e ABEC também auxilia os periódicos com diretrizes a serem inseridas na política editorial, minimizando problemas de má conduta por desinformação e auxiliando no fluxo e tratamento de denúncias. Porém, os códigos e conjuntos de diretrizes não devem ser apenas mencionados, as revistas precisam inserir as orientações que adotam em suas páginas ou dar acesso por meio de links aos respectivos documentos.

A articulação entre os resultados empíricos e o debate teórico evidencia que as políticas editoriais analisadas necessitam de constantes atualizações para acompanhar avanços normativos, suprir lacunas informacionais e corrigir inconsistências na implementação de diretrizes relacionadas às dimensões do direito autoral. Os resultados demonstram que há adoção de padrões internacionais relevantes nas dimensões analisadas, como as três modalidades de cessão de direitos de propriedade intelectual observadas, a adoção da taxonomia CRediT, das licenças abertas CC e dos códigos de ética alinhados ao COPE e SciELO. Porém, em algumas políticas editoriais foram observadas contradições relacionadas à clareza, planejamento, inserção e transparência das orientações. Esse último fato indica que a consolidação de práticas editoriais alinhadas aos direitos autorais depende não apenas da adoção formal de diretrizes, mas também de sua efetiva comunicação, organização e operacionalização nas políticas editoriais, indicando a necessidade de maior padronização e aprofundamento crítico nas políticas editoriais quanto às dimensões do direito autoral.

O presente artigo traz contribuições às discussões sobre as diretrizes referentes ao direito autoral em políticas editoriais de periódicos eletrônicos brasileiros de acesso aberto. A reflexão desta pesquisa visa contribuir para despertar a consciência coletiva em prol da melhoria da qualidade das políticas editoriais quanto as diretrizes associadas ao direito autoral e fomentar o compromisso dos periódicos na elaboração e uso da política editorial como instrumento para promover a transparência e o comportamento ético na disseminação do conhecimento científico.

A limitação do estudo reside na análise restrita às revistas de estratos A1 e A2, o que pressupõe uma associação entre prestígio acadêmico e qualidade das políticas editoriais; ainda assim, essa escolha metodológica é válida por oferecer subsídios relevantes para compreender e aprimorar as orientações editoriais de periódicos na área de Ciência da Informação.

Como desdobramento desse trabalho, alguns pontos podem ser submetidos a um estudo mais aprofundado em trabalhos futuros, envolvendo as questões acerca dos problemas advindos da falta de diretrizes claras acerca do direito autoral nas políticas editoriais e da relação disso com a ocorrência de incidentes quanto à ética na pesquisa científica, bem como investigar se há

correlação dessa falta de diretrizes na política editorial com o estrato do periódico no Qualis.

## REFERÊNCIAS

ALL EUROPEAN ACADEMIES. **Código Europeu de Conduta para a Integridade da Investigação**. Berlin: ALLEA, 2017. Disponível em: [https://www.allea.org/wp-content/uploads/2018/11/ALLEA-European-Code-of-Conduct-for-Research-Integrity-2017-Digital\\_PT.pdf](https://www.allea.org/wp-content/uploads/2018/11/ALLEA-European-Code-of-Conduct-for-Research-Integrity-2017-Digital_PT.pdf). Acesso em: 12 jun. 2024.

APARICIO, A.; BANZATO, G.; LIBERATORE, G. **Manual de gestión editorial de revistas científicas de ciencias sociales y humanas**: buenas prácticas y criterios de calidad. Buenos Aires: PISAC: Consejo de Decanos da Facultades de Ciencias Sociales y Humanas: CLACSO, 2016.

ARAÚJO, C. A. A. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARGOLLO, L. L.; ROSA, F. G. M. G. Publicações científicas e direito autoral: a função social da propriedade intelectual. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 51-79, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/30435/18031>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BARBOSA, D. B. **Propriedade intelectual**: a aplicação do Acordo TRIPS. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELTRÃO, J. F.; SILVA, T. C. Análise de políticas editoriais de periódicos científicos nacionais: contribuições para o Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: ciências humanas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 3-21, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/Sk9ZCHsMdn78gzV8vWp8q3S/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BELTRÃO, J. F.; SILVA, T. C. Rumo à revisão da política editorial do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: ciências humanas. **Ponto de Acesso**, Salvador, n. 3, v. 12, p. 28-50, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/26920/18027>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BEZERRA, M. F. **Manual de propriedade intelectual**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília (DF): Presidência da República, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm). Acesso em: 29 jun. 2024.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento II**: da enciclopédia à wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CARIBÉ, R. C. V. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 89-104, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/23109>. Acesso em: 3 jun. 2024.

CARROLL, M. W. Sharing research data and intellectual property law: a primer. **PLOS Biology**, v. 13, n. 8, p. 1-11, Aug. 2015. DOI <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1002235>.

COPE, DOAJ, OASPA, WAME. **Principles of transparency and best practice in scholarly publishing**. Reino Unido: Comitê de Ética em Publicações, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24318/cope.2019.1.12>.

CREATIVE COMMONS. **Sobre as licenças**. Mountain View: CREATIVE COMMONS, 2022. Disponível em: [https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt_BR). Acesso em: 12 jun. 2024.

DAMASIO, E. Responsabilização em más condutas científicas: opinião de editores Scielo. **Reciis**: revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 548-559, jul./set. 2022. DOI 10.29397/reciis.v16i3.3306.

DIAS, G. D.; CERVANTES, B. M. N. A organização temática da informação em periódicos científicos eletrônicos: atribuição de palavras-chave na biblioteconomia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL EM PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/175587>. Acesso em: 02 abr. 2026.

DIAS, G. A.; OLIVEIRA, B. M. J. F. (org.). **Informação, direito autoral e plágio**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2015. v. 1.

DIAS, G. A.; SOUSA, R. P. M.; PAIVA, M. J. R. Direito autoral e preservação digital: considerações pertinentes a periódicos científicos eletrônicos mantidos no sistema lockss. **Ciência da Informação**, Brasília (DF), v. 41, n. 1, p. 92-102, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1355/1534>. Acesso em: 2 jun. 2024.

DIRETRIZES do CSE para promover integridade em publicações de periódicos científicos: atualização de 2012. Tradução Ana Maria Tomasevicius. São Paulo: ABEC Brasil, 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.21452/978-85-93910-00-5>.

FERES, M. V. C. *et al.* Para além do acesso ao conhecimento: licenças creative commons e políticas editoriais dos periódicos científicos. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 15, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/11154/7043>. Acesso em: 29 jun. 2024.



FACILITATING OPEN SCIENCE IN EUROPEAN RESEARCH [FOSTER] CONSORTIUM.  
**What is open science?** [s.l.]: FOSTER, 2018. Disponível em:  
<https://zenodo.org/records/2629946>. Acesso em: 09 abr. 2026.

FRAGOSO, J. H. R. **Direito autoral**: da antiguidade à internet. São Paulo:  
Quartier Latin, 2009.

GUANAES, P. (org.). **Marcos legais nacionais em face da abertura de dados  
para pesquisa em saúde**: dados pessoais, sensíveis ou sigilosos e propriedade  
intelectual. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018. Disponível em:  
<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/28838>. Acesso em: 16 jun. 2024.

HILÁRIO, C. M.; GRÁCIO, M. C. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos da  
coautoria em publicações científicas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p.  
12-36, maio/ago. 2018. Disponível em:  
<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/76312/47506>. Acesso  
em: 5 jun. 2024.

KROKOSZ, M. Autoria na redação científica. **Informação & Informação**,  
Londrina, v. 20, n. 1, p. 319-333, jan./abr. 2015. Disponível em:  
[https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/13009/pdf\\_56](https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/13009/pdf_56).  
Acesso em: 5 jun. 2024.

MARCOVITCH, H. *et al.* Conflict of interest in science communication: More  
than a financial issue. **Croatian Medical Journal**, v. 51, n. 1, p. 7-15, 2010. DOI  
10.3325/cmj.2010.51.7.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura  
científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. **Fontes de  
informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.  
cap. 1, p. 21-34.

MURIEL-TORRADO, E.; PINTO, A. L. Licenças Creative Commons nos periódicos  
científicos brasileiros de Ciência da Informação: acesso aberto ou acesso  
grátis. **Biblios**, n. 71, p. 1-16, abr. 2018. DOI  
<https://doi.org/10.5195/biblios.2018.424>.

OLIVEIRA, L. M. B. **Elementos estruturantes para a elaboração de política de  
direito autoral para repositórios institucionais de acesso aberto**. 2015. 125 f.  
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –  
Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em:  
[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19208/1/2015\\_LarissaMeloBezerrade  
Oliveira.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19208/1/2015_LarissaMeloBezerradeOliveira.pdf). Acesso em: 9 jun. 2024.

OPEN ARCHIVES INITIATIVE [OAI]. **Home**. [s.l.]: OAI, [2001?]. Disponível em:  
<https://www.openarchives.org/>. Acesso em: 02 abr. 2026.

PIMENTA, F. P. *et al.* O direito de autor no movimento de acesso livre e aberto, um estudo sob a ótica das editoras científicas. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 133-148, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/15165>. Acesso em: 9 jun. 2024.

REIS, J. G. *et al.* As Instruções aos autores podem estimular o acesso aberto no Brasil? **P2P E Inovação**, v. 1, n. 2, p. 54-59, mar./set. 2015. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/1457>. Acesso em: 29 jun. 2024.

RODE, S. M.; SALES, D. P.; ALVES, M. S. Política editorial de um periódico científico. In: PRÍNCIPE, E.; RODE, S. M. (org.). **Comunicação científica aberta**. Rio de Janeiro: Ibict, 2022. p. 159-172. DOI 10.21452/ ABEC.2022.isbn.978-65-89167-68-6.011.

SANTANA, M. S. D. A ética na pesquisa científica: mapeamento de estudos nos periódicos de ciência da informação. **Revista Folha de Rosto**, v. 2, n. 2, p. 26-35, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/115>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SATUR, R. V.; DIAS, G. A.; SILVA, A. M. Direito autoral, plágio e coautoria. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 14, n. 1, p. 57-87, 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8889/6283>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SHINTAKU, M.; FERREIRA JÚNIOR, R. S. Gestão de dados em periódicos científicos. In: SHINTAKU, M.; SALES, L. F.; COSTA, M. (org.). **Tópicos sobre dados abertos para editores científicos**. Botucatu: ABEC, 2020. p. 231-240. Disponível em: <https://labcotec.ibict.br/omp/index.php/edcotec/catalog/book/114>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SHINTAKU, M.; SEABRA JUNIOR, R. F. Abertura da ciência e os editores científicos. In: SHINTAKU, M.; SALES, L. F. (org.). **Ciência aberta para editores científicos**. Botucatu: ABEC, 2019. p. 29-34. DOI 10.21452/978-85-93910-02-9.cap4.

SILVA, E. G.; HILÁRIO, C. M.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Análise da autoria em diretrizes de autores de periódicos brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais...** Marília: Unesp, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104892>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SILVA, F. C. C.; SILVEIRA, L. Transparência e Acesso Aberto: análise das políticas editoriais e compartilhamento de dados científicos em revistas Qualis A1 de Comunicação e Informação. **Ciência da Informação Express**, v. 4, p. 1-5, 2023. DOI <https://doi.org/10.60144/v4i.2023.80>.

SILVEIRA, L. **Portais de periódicos das universidades federais brasileiras:** documentos de gestão. 2016. 222 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão em Unidades de Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/178706/343901.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jun. 2024.

WATANABE, E. H. A não linearidade entre a reação de quem copia e de quem é copiado. **Estudos Avançados**, v. 80, n. 28, p. 199-212, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79693>. Acesso em: 10 ago. 2024.

### CONFLITOS DE INTERESSE

As autorias declaram não haver conflitos de interesse de natureza pessoal, financeira, intelectual, profissional, política ou religiosa, conforme orienta o *Committee on Publication Ethics (COPE)*.

## CONTRIBUIÇÕES DAS AUTORIAS

Informa-se nesta seção as funções de cada autoria, de acordo com a [taxonomia CRediT](#), conforme orientado na página da revista PCI:

<b>Função</b>	<b>Definição</b>
Conceituação	Renato Fernandes Correa; Lilian Lima de Siqueira Melo.
Curadoria de dados	Lilian Lima de Siqueira Melo.
Análise Formal	Lilian Lima de Siqueira Melo.
Obtenção de financiamento	—
Investigação	Lilian Lima de Siqueira Melo.
Metodologia	Renato Fernandes Correa; Lilian Lima de Siqueira Melo.
Administração do projeto	Lilian Lima de Siqueira Melo.
Recursos	Lilian Lima de Siqueira Melo.
Software	—
Supervisão	Lilian Lima de Siqueira Melo.
Validação	Lilian Lima de Siqueira Melo.
Visualização [de dados (infográfico, fluxograma, tabela, gráfico)]	Lilian Lima de Siqueira Melo.
Escrita – primeira redação	Lilian Lima de Siqueira Melo.
Escrita – revisão e edição	Renato Fernandes Correa